



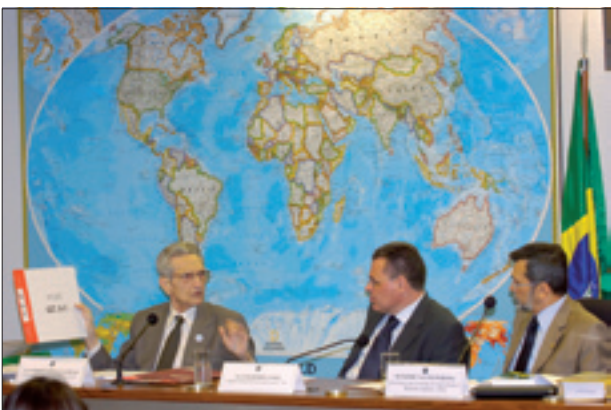
Gerardo Magela

Acompanhado de vários senadores, Sarney (C) cumprimenta o primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves. O presidente do Senado destacou o desejo de estreitar cada vez mais os laços de cooperação com o país africano. **2**

Índice de produtividade rural gera polêmica em comissão

Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Plínio Sampaio defendeu a manutenção dos atuais critérios – que o ex-presidente da Socie-

dade Rural Brasileira, Luiz Marcos Suplicy Hafers, considerou “implicância com o produtor”. As opiniões foram expressas em audiência no Senado. **8**



J. Freitas

Plínio Sampaio (E), Guilherme Cassel e Valter Pereira em audiência pública na CRA

Plenário aprova mais dinheiro para infraestrutura

Senado acolhe projeto que aumenta de 10% para 30% do saldo do FGTS o percentual que pode ser aplicado em fundo de investimento

O Plenário aprovou ontem projeto de lei de conversão que, além de ampliar o percentual que pode ser aplicado em fundo de investimento com recursos do FGTS, descongela o cálculo desses recursos, que hoje se baseia

no patrimônio líquido do fundo apurado no fim de 2006. Com a alteração, o valor passa a ser o registrado em 31 de dezembro de cada ano. Outra mudança visa reduzir a inadimplência de produtores rurais. **3**



Waldemir Rodrigues

O Plenário começará a analisar, agora, medida provisória sobre subsídios à geração de energia em termelétricas no Norte

Mantega terá de explicar na CAE o atraso na restituição do IR

Convite a ministro da Fazenda foi aprovado pela comissão, que acolheu também projeto que prevê uso do saldo a restituir na quitação de eventuais débitos com a Receita. **7**

Comissão deve sugerir novo Código de Processo Civil

Presidente do Senado, José Sarney, deve instalar hoje Comissão de Juristas encarregada de elaborar anteprojeto. **2**

Tintas em aerossol só para maiores de 18 anos

Embalagens do produto devem conter advertência de que pichação é crime, conforme projeto aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. **5**



J. Freitas

Os senadores da Comissão de Educação aprovaram projeto que visa fortalecer instituições municipais e estaduais de ensino

Professor pode ter acesso mais fácil a cursos superiores

Projeto aprovado pela Comissão de Educação prevê processo seletivo diferenciado para acesso de professores de educação básica da rede pública a cursos superiores de Pedagogia e licenciatura em matemática, física, química, biologia e língua portuguesa. O objetivo, segundo o autor da proposta, Cristovam Buarque, é valorizar o profissional que já fez opção pela carreira, mas ainda não tem a formação adequada. Outro projeto acolhido permite ao aluno beneficiado pelo ProUni trocar a instituição onde estuda. **6**

Comissão, que será instalada hoje, terá prazo de 180 dias, a partir de 1º de novembro, para concluir a tarefa

Juristas vão redigir um anteprojeto de reforma do CPC

A COMISSÃO DE Juristas que vai elaborar um anteprojeto de novo Código de Processo Civil (CPC) será instalada hoje, às 11h30, na sala de audiências da Presidência do Senado. Criada em setembro por ato do presidente da Casa, José Sarney, a comissão terá 180 dias, a partir de 1º de novembro, para apresentar o anteprojeto do CPC.

O trabalho deverá instruir os parlamentares no estudo do novo texto, da mesma forma que ocorreu no caso do projeto do novo Código de Processo Penal, que também teve a colaboração de uma comissão de especialistas instituída pela Casa.

Em sua justificativa para criar a comissão, o presidente do Senado lembra que o atual CPC – Lei 5.869, de 17 de janeiro de 1973 – já sofreu 64 alterações e que

sua “sistematicidade tem sofrido comprometimento”. Sarney observa que à época “os instrumentos processuais de proteção dos direitos fundamentais não gozavam do mesmo desenvolvimento teórico que desfrutaram modernamente”.

Presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux, especialista em Processo Civil, a comissão será constituída por 11 integrantes, que não terão remuneração.

Integram ainda o colegiado Adroaldo Furtado Fabrício, Bruno Dantas, Elpídio Donizete Nunes, Humberto Theodoro Junior, Jansen Fialho de Almeida, José Miguel Garcia Medina, José Roberto dos Santos Bedaque, Marcus Vinicius Furtado Coelho, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Teresa Arruda Alvim Wambier, que será relatora-geral.



Sarney e José Maria Neves: “Estreitar cada vez mais os laços de cooperação”

Sarney recebe primeiro-ministro de Cabo Verde

José Sarney recebeu ontem, no Museu do Senado, o primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves. Acompanhado de Heráclito Fortes (DEM-PI), João Pedro (PT-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PTB-SP), Augusto Botelho (PT-RR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Sarney expressou o desejo do Parlamento brasileiro de “estrear cada vez mais” os laços de cooperação com o país africano.

O presidente do Senado ressaltou a forte ligação entre os dois países, derivada do fato de

o arquipélago de Cabo Verde ter sido utilizado como ponto de abastecimento das caravelas portuguesas que vieram em busca do Novo Mundo.

Por sua vez, José Maria Neves agradeceu ao Brasil por formar estudantes de seu país em várias universidades brasileiras. Ele solicitou a colaboração dos senadores para agilizar a votação de acordo, em tramitação no Senado, assinado entre aquele país e o Brasil, para estágios de caboverdianos na Universidade do Legislativo (Unilegis).

Reitor maranhense propõe convênio com a Unilegis

Recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, o reitor da Universidade Estadual do Maranhão, José Augusto Silva Oliveira, propôs a assinatura de um convênio com a Unilegis para a formação de gestores

públicos naquele estado.

– Numa parceria como essa, poderemos desenvolver um amplo programa de capacitação de gestores para as prefeituras municipais do Maranhão – assinou o reitor.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

MPs trancam pauta do Plenário

A sessão deliberativa do Plenário tem início às 14h. A pauta continua trancada pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/09 (MP 465/09), que trata de subvenção econômica ao BNDES. A Medida Provisória 467/09, que prorroga contratos vinculados a projetos de cooperação técnica, também obstrui a pauta.



CCT analisa venda de meia-entrada pela internet

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) examina a partir das 8h30, entre outras matérias, projeto de lei que obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse meio.

Na CDH, benefício à mulher que sustenta a família

Às 10h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa várias propostas, entre elas projeto que beneficia, na compra da casa própria, a mulher responsável pelo sustento da família.

CCJ debate exame criminológico na progressão penal

Projeto que prevê o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena será examinado a partir das 10h pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

“Expansão do Acesso à Leitura” é tema de seminário na CE

Para comemorar o Dia Nacional da Leitura, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza às 9h o seminário “Expansão do Acesso à Leitura: a Integração entre Ações Públi-

cas e Privadas”. Estarão presentes o secretário-executivo do Ministério da Cultura, Alfredo Manevy, e a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria do Pilar Lacer-

da. A partir das 11h, a comissão discute várias matérias, entre elas a que proíbe o plantio e a comercialização de alimentos que contenham organismo geneticamente modificado.

CDR debate posse de área pública a beneficiários de assentamentos

Projeto que garante a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda será discutido às 9h na Comissão de Desenvolvimento Regional

e Turismo (CDR). Na pauta, figura ainda projeto que proíbe instalação de presídios em cidades turísticas. Às 10h, a CDR realiza audiência sobre desvio de recursos pela Sufra-

ma. Participam do debate o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo de Azevedo Bringel, e o secretário do Tesouro, Arno Hugo Augustin Filho.

CPI da Pedofilia vota diversos requerimentos

Às 14h, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza reunião administrativa para votação de requerimentos.

Requerimentos na pauta da CPI da Petrobras

Em reunião administrativa às 14h, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras analisa vários requerimentos.

CPI das ONGs vai escolher o novo relator

Às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais realiza reunião para designar o relator.

Indicação para diretor-geral da Abin em votação na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina, às 9h30, a indicação de Wilson Roberto Trezza para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

CAS decide sobre mensagens contra álcool e fumo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprecia, às 11h, projeto que obriga a publicação, em cadernos e livros escolares, de mensagens educativas sobre os males do tabaco e do álcool.

Sarney participa do ato de instalação da comissão de juristas

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 11h30, da instalação da comissão de juristas que vai elaborar um anteprojeto de CPC. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

Abertura de créditos em exame na CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne, às 14h30 para discutir projetos de lei que abrem créditos para órgão do governo federal.

Plano de trabalho da Comissão das Metas do Milênio

A Comissão Temporária das Metas do Milênio se reúne às 14h para a apresentação do plano de trabalho e apreciação de requerimentos.

Coral homenageia Luiz Gonzaga e Heitor Villa-Lobos

O Coral do Senado é a atração, às 19h, no Interlegis, do Pratas da Casa – projeto do programa Senado Cultural. Homenagem a Luiz Gonzaga e Villa-Lobos.

“Sem caixa, governo pode tentar criar novo imposto”, diz Agripino

Para o líder do DEM, José Agripino (RN), o adiamento na entrega de devoluções do Imposto de Renda é uma das provas de que o governo federal “está sem caixa”. O senador afirmou que, devido à queda nas receitas da União e ao aumento de suas despesas, o governo pode tentar criar um imposto ou uma sucessão de impostos, ressaltando que, se isso ocorrer, a iniciativa “vai se deparar com a oposição”.

– O governo diz que superou a crise de braçada, mas não superou. A euforia governamental não tem razão de existir – disse.

Segundo Agripino, a arrecadação federal caiu 1,5% entre janeiro e agosto deste ano, em termos nominais, comparando ao mesmo período do ano passado; já as despesas aumentaram 15,9%. Ele afirmou que, enquanto as receitas diminuíram devido à crise e às renúncias fiscais promovidas, as despesas cresceram “não devido aos investimentos, mas por causa da expansão dos gastos com pessoal”.

– E não se vê uma única atitude do governo para conter o gasto público ou melhorar a qualidade desse gasto – criticou.

Agripino apontou ainda, como sinal da falta de recursos, a “resistência”, segundo ele, da própria base aliada para aprovar, no Senado, o projeto do governo que destina um crédito suplementar de R\$ 1 bilhão para au-



Agripino: governo afirma que superou a crise de braçada, mas não é verdade

xiliar as prefeituras. Outro sinal é a constatação de que diversos fundos – como o de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o da Marinha Mercante (FMM) – “estão recebendo recursos do governo, mas sem gastá-lo”.

Ao comparar os investimentos feitos durante os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula, o líder do DEM afirmou que o primeiro investiu, em média, R\$ 20,3 bilhões por ano, enquanto o segundo investiu R\$ 18,4 bilhões (em valores reajustados). “Lula investiu menos [em média]. E isso num momento em que o Brasil viveu a bonança externa e teve todas as chances de multiplicar investimentos”, observou.

Em apartes, Agripino recebeu o apoio de Alvaro Dias (PSDB-PR), Eliseu Resende (DEM-MG), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Adelmir Santana (DEM-DF), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Simon critica a retenção do Imposto de Renda pelo governo

A decisão do governo de reter a restituição do Imposto de Renda para compensar a perda de arrecadação foi criticada por Pedro Simon (PMDB-RS). O senador disse esperar que o presidente Lula desista da medida.

– Por que a classe média sempre tem que pagar a conta? Pagou seu imposto mensalmente. Pegou dinheiro emprestado, comprou, recebe [a restituição do IR] e paga. E se não receber, que juro irá pagar! – observou.

Simon lembrou já ter apresentado cinco projetos de lei no Senado – o primeiro em 1982, há 27 anos – que exigiam a devolução da restituição do IR em até 60 dias. Quatro deles, informou, embora aprovados pela Casa, foram rejeitados na Câmara.

O senador comparou a proposta de retenção do IR com a da cobrança de impostos da poupança para valores acima de R\$ 50 mil, da qual o governo recuou. Tal cobrança, frisou, também atingia a “classe média alta”, enquanto a proposta mais recente atinge a “classe média baixa”.

Ele criticou ainda o anúncio feito em junho de empréstimo no valor de US\$ 10 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e o acúmulo de reservas internacionais de US\$ 210 bilhões. Em aparte, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também se disse contrário ao empréstimo ao FMI com juros inferiores à aplicação anterior, “valores que poderiam ter sido utilizados para compen-



Simon diz acreditar que o presidente Lula pode desistir da medida

sar a perda de arrecadação”.

Simon apontou ainda “a incoerência do governo” ao adotar medidas de combate à crise como isentar automóveis e geladeiras da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para, depois, reter o IR.

– Eu diria que o Lula não merece uma manchete como esta, “Estelionato fiscal”, de *O Estado de S. Paulo* [do dia 11], mas ela é verdadeira – declarou.

Simon também citou a forte reação dos norte-americanos à tentativa do presidente Barack Obama em aumentar impostos para incluir no sistema público de saúde 50 milhões de pessoas. Conforme o senador, esse percentual de norte-americanos nem sequer tem acesso a um serviço como o Sistema Único de Saúde (SUS), “ainda que a qualidade dos serviços prestados pelo SUS seja questionável”.

Leia mais na página 7

Plenário aprovou projeto, originário de medida provisória, que permite a trabalhador aplicar até 30% do saldo do fundo, em vez de 10%, em setores como rodovias e portos

Mais dinheiro do FGTS para investir em infraestrutura

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto de lei de conversão (PLV 14/09) que aumenta de 10% para 30% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) o percentual que o trabalhador pode optar por aplicar no fundo específico de investimento em infraestrutura, o FI-FGTS, que financia empreendimentos dos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento.

Essa ampliação não estava prevista na proposta original do governo (MP 464/09). Foi inserida na Câmara e mantida pelo relator no Senado, Osmar Dias (PDT-PR). Ele explica que o trabalhador sai beneficiado com a mudança.

“A remuneração do FI-FGTS, desde a sua criação, sempre esteve acima da correção aplicada aos saldos das contas [do FGTS]. A rentabilidade média do FI-FGTS é de cerca de 9% ao ano, ao passo que a remuneração do FGTS resulta em cerca de 4,5% ao ano”, afirma.

O relator também concordou com outra alteração no FI-FGTS que aumenta os recursos disponíveis para obras de infraestrutura: o limite de 80% do patrimônio líquido do FGTS que pode receber essa desti-



Osmar Dias (P) acatou sugestão de Goellner de criar fundo para cooperativas

nação deixa de ser o apurado ao final de 2006 e passa a ser o registrado em 31 de dezembro de cada ano. “O PLV procede ao descongelamento desses recursos”, explicou o senador.

Cooperativas

Osmar Dias inseriu emenda aprovada pelo Senado que destina R\$ 1 bilhão para constituir fundo garantidor de crédito a produtores e cooperativas rurais. Na opinião do relator, a medida vai contribuir para a redução da inadimplência dos produtores rurais. Ele informou que a inclusão da medida, que favorece esses trabalhadores, foi sugerida pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT).

O projeto destina também R\$ 1,95 bilhão aos estados e municípios como compensação pela isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos destinados à exportação, prevista na Lei Kandir (Lei Complementar 87/96). A União repassará R\$ 1,46 bilhão aos estados e R\$ 487 milhões aos municípios.

O PLV cria ainda um fundo de R\$ 3 bilhões para garantir o risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, a fim de estimular as exportações e, assim, minimizar os efeitos da crise financeira internacional. Como a proposta foi alterada no Senado, voltará a exame da Câmara dos Deputados.

Projeto regula subsídios para termelétricas

Foi lido na sessão de ontem, no Plenário do Senado, projeto de lei de conversão (PLV 16/09) oriundo da medida provisória (MP 466/09) que modifica ou revoga artigos de sete leis para estabelecer novas regras para os subsídios concedidos à geração de energia por termelétricas nos estados da Região Norte. Entre outras providências, a proposta, que terá como relator o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), permite que as usinas incluam despesas com investimentos e fornecimento de energia para regiões isoladas e esparsas no custo total da energia que gerarem.

Entre as despesas, poderão ser incluídas a contratação de energia e de potência associada, a geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, os encargos e impostos do setor elétrico e outros investimentos realizados pelas usinas.

Modificação feita pelo relator da matéria na Câmara, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), permite que as empresas incluam nesses custos as despesas provenientes com o transporte até a unidade de geração.

De acordo com explicações do Ministério de Minas e Energia, os sistemas isolados estão concentrados na região Norte, representam 3% do consumo de energia do país e contam com fornecimento de eletricidade precário.

Mozarildo defende ação do TCU e critica declarações de Lula

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) manifestou preocupação com as afirmações do presidente Lula de que o Tribunal de Contas da União (TCU) está “fiscalizando demais” e atrapalhando as obras do governo. Segundo Mozarildo, o TCU apenas cumpre seu papel de fiscalizador dos recursos públicos e, se não faz mais, é porque não dispõe de recursos suficientes para isso.

– Se as obras apresentam irregularidades, se estão superfaturadas, é preciso parar mesmo. E a visão do Tribunal de Contas da União é a de ser uma instituição de excelência no controle e contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública.



Mozarildo: “Se obras estão superfaturadas, é preciso parar”

Para o senador, é preciso alertar a população a fim de que o TCU não venha a se desgastar perante a sociedade devido às reiteradas críticas de Lula ao órgão.

PMDB deve lançar candidato a presidente, diz Mesquita Júnior

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) insistiu no lançamento de candidatura própria pelo PMDB nas eleições presidenciais de 2010. Ele ponderou que essa é a vontade de 53% da base do partido, conforme pesquisa do PMDB. Para o senador, caso tome agora a decisão de concorrer como vice na chapa encabeçada pela ministra Dilma Rousseff (PT), “o PMDB pode se fragilizar”, apesar de ser o maior partido do país.

O senador leu declaração do presidente do PT, Ricardo Berzoini, de que 80% dos peemedebistas teriam concordado



Para Mesquita Júnior, PMDB pode se fragilizar se decidir agora indicar vice

com um vice na chapa de Dilma e, assim, o partido já poderia trabalhar na escolha de um nome para compor a chapa.

Marina e Casagrande alertam para necessidade de o Congresso deliberar sobre proposta que visa reduzir emissão de gases que agravam o efeito estufa e implementar medidas para adaptar comunidades a alterações no clima

Comissão se mobiliza para aprovar Política de Mudanças Climáticas

POR SOLICITAÇÃO DE Marina Silva (PV-AC) e Renato Casagrande (PSB-ES), a vice-presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), agendou para hoje, ao meio-dia, uma reunião para definir como será feita a mobilização pela aprovação de projetos que a CMMC considera prioritários.

Casagrande e Marina alertaram para a necessidade de o Congresso deliberar logo sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas, projeto enviado pelo Executivo (PLC 3.535/08), em exame na Câmara. A proposta visa reduzir as emissões de gases que agravam o efeito estufa e implementar medidas para adaptar as comunidades locais à mudança do clima.

Marina Silva defendeu a necessidade de a comissão ouvir os ministros do Meio Ambiente, da Casa Civil e da Ciência e Tecnologia com o objetivo de contribuir para as propostas que serão defendidas pelo Brasil na Conferência sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague (COP-15). Para a senadora, os países emergentes devem se comprometer com uma redução das emissões de gases do efeito estufa até a metade do percentual a ser reduzido pelas nações desenvolvidas.

Foi aprovado requerimento de Jefferson Praia (PDT-AM) para a realização de audiência em Manaus com vistas a também colher subsídios para as propostas a serem levadas à COP-15.



Ao lado da deputada Vanessa Grazziotin, José Robson Medeiros debate com parlamentares da comissão mista

Brasil torna mais sustentável base na Antártica

O Brasil tem realizado investimentos vultosos para que sua presença na Antártica seja a mais imperceptível possível, ambientalmente falando. Uma das metas perseguidas é a redução, pela metade, da quantidade de combustível queimado para produzir energia. A informação foi transmitida aos membros da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas pelo capitão-demar-e-guerra José Robson de Oliveira Medeiros, representante da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e do Proantar (Programa Antártico Brasileiro).

José Robson Medeiros explicou que, a exemplo de outros países com bases instaladas na Antártica, o Brasil queima combustível para gerar a energia

necessária para o funcionamento da Estação Antártica Comandante Ferraz. A intenção é diversificar essa fonte, por meio de investimentos em energia eólica e fotovoltaica, explicou o oficial da Marinha. Também está sendo estudada a aquisição de geradores mais eficientes, que consomem menos óleo e são mais silenciosos.

Autor do requerimento propondo a reunião, Jefferson Praia (PDT-AM) indagou se os resultados das pesquisas realizadas na Antártica já sinalizam que a situação do mundo é preocupante no que diz respeito aos impactos ambientais causados pelo homem. José Robson Medeiros observou que, apesar de ser consenso que o planeta está sentindo os efeitos da mudança climática,

ainda há controvérsias se é a ação humana que está provocando essas alterações.

Renato Casagrande (PSB-ES) perguntou se seria interessante para o Brasil construir outra base de operações na Antártica, a exemplo de outros países, que possuem mais de uma instalação no continente. Medeiros respondeu que, no momento, melhor para o país seria investir em qualidade e não na quantidade. Uma boa medida seria substituir os módulos de aço que abrigam a estação por madeira com isolante térmico e uma camada de metal galvanizado. Em resposta à deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o militar disse que a estrutura atual, de aço, enferruja e necessita de constante manutenção.

PROGRAMA

Cresce o número de visitas ao Congresso

Um total de 5.713 pessoas visitou o Congresso Nacional no último fim de semana, prolongado pelo feriado de 12 de outubro. Foram 1.783 visitantes no sábado, 2.000 no domingo e 1.930 no feriado de segunda-feira. De acordo com a Coordenação de Visitação Institucional, da Secretaria de Relações Públicas, o número superou até mesmo a quantidade de visitantes no fim de semana com feriado do último dia 7 de setembro, que foi de 5.695 pessoas.

PRATAS DA CASA

Homenagem ao cantor Jair Rodrigues

Os 70 anos de vida e 50 de carreira do cantor Jair Rodrigues serão celebrados amanhã pela cantora Cássia Portugal, que estará acompanhada pelos percussionistas Wilsinho, Jambeiro e Marcos Kuebas, pelo cavaquinista Marco Abdo, pelo violonista Emerson Disousa e pelo acordeonista João Carlos. O show, que faz parte do projeto Pratas da Casa, do Senado Federal, começa às 19h no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis.

COMEMORAÇÃO



Efraim lembra 145 anos de Campina Grande

Efraim Morais (DEM-PB) saudou ontem a população de Campina Grande (PB) pela passagem dos 145 anos da cidade – celebrados no último dia 11. De acordo com Efraim, a cidade ostenta, há décadas, o título de “a que mais cresce no Nordeste”, o que, a seu ver, confirma a viabilidade econômica e industrial da região, além da excelência da mão de obra. Ele explicou que Campina Grande é o maior e mais populoso município do interior do Nordeste – condição que já ostentava no final do século 19.

CIDADANIA

Senado entrega publicações em braile

“O Senado prestou um grande serviço a Pernambuco, ao editar a Constituição do nosso estado em braile”, comentou Antonio Muniz, presidente da Associação Pernambucana dos Cegos (Apec). Ele recebeu de Marco Maciel (DEM-PE) um kit com as constituições Federal e de Pernambuco e o Código de Defesa do Consumidor, em braile. Segundo Muniz, a Apec atua há 26 anos na defesa dos direitos e na profissionalização de pessoas com deficiência visual.



Empresa quer armazenar CO2 no mar, diz Valdir Raupp

Raupp: Petrobras busca atenuar efeito do pré-sal

Valdir Raupp (PMDB-RO) chamou ontem a atenção para as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pela Petrobras a fim de garantir que a exploração do petróleo da camada pré-sal seja feita de forma a não prejudicar o meio ambiente.

O senador afirmou que, já que o petróleo do pré-sal tem uma concentração de dióxido de carbono (CO2) de três a quatro vezes superior à do petróleo convencional, o manejo inadequado do produto poderia contribuir para o aumento do aquecimento global.

Para minimizar possíveis danos ambientais, disse Raupp, entre as principais metas da Petrobras está o desenvolvimento de processos tecnológicos para separação, transporte e armazenamento do dióxido de carbono no fundo do mar.

Raupp também pediu prazo de uma semana para concluir seu relatório sobre a proposta (PEC 87/03 no Senado, que na Câmara tramitou como PEC 483/05) que permite aos servidores do ex-território de Rondônia optarem pela incorporação ao quadro de pessoal da União.



Papaléo afirma que estado preserva 80% de suas florestas

Papaléo: Amapá merece prêmio por conservação

O estado do Amapá merece ser premiado por preservar 80% de suas florestas, numa demonstração de preocupação socioambiental, segundo Papaléo Paes (PSDB-AP). Ele fez a afirmação ao anunciar ontem o 6º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, a realizar-se amanhã e na sexta-feira em Macapá e que terá como principal agenda a inclusão da Floresta Amazônica no mercado de carbono.

– É importante dizer que o Amapá é um dos maiores interessados no debate, por ser campeão de preservação da região amazônica, dando exemplos ao mundo e ao Brasil em matéria de consciência ambiental, de respeito à natureza.

O senador disse que os governadores devem definir posição a ser levada para a Conferência sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague, onde, considera, será também debatido o futuro da Amazônia. Papaléo ressaltou que os países desenvolvidos, os maiores poluentes, evitam tratar de créditos de carbono, embora tenham avançado sobre a necessidade de preservação das florestas tropicais.



Maciel espera que governo leve proposta a Copenhague

Apatia de governos preocupa Marco Maciel

Em discurso no Plenário, Marco Maciel (DEM-PE) classificou de preocupante “a apatia de grande parte dos governos diante da questão climática”. Para o senador, pouco foi feito desde a ECO-92 em relação ao tema, e especialistas já preveem um futuro catastrófico se, por exemplo, as emissões de gases causadores do efeito estufa não forem controladas. Ele disse esperar que o governo brasileiro leve propostas concretas para a 15ª Conferência das Partes (COP-15), que será realizada de 7 a 18 de dezembro, em Copenhague, Dinamarca.

– O problema está colocado com clareza solar; vem sendo discutido há vários anos em escala global por líderes e eminentes personalidades de diferentes organismos internacionais. Mas do ponto de vista da ação política pouco ou nada se fez de efetivo, de concreto para lutar contra as mudanças climáticas.

Felizmente, observou Maciel, a “consciência mundial” está despertando para a importância da discussão das consequências das alterações no clima.

Expedito critica texto aprovado na Câmara



Expedito Júnior

A proposta aprovada pela Câmara que trata da transferência de servidores do exterritório de Rondônia para a folha da União contém "uma pegadinha que pode deixar milhares de servidores" fora do benefício, disse Expedito Júnior (PSDB-RO). Segundo o senador, após receber emendas dos deputados, o texto da PEC 483/05 pode excluir quem era servidor estadual entre 1987 e 1991. "O Senado tem a obrigação de corrigir isso", afirmou.

Serys ressalta o valor das ações municipais



Serys Shlessarenko

Serys Shlessarenko (PT-MT) defendeu maior atuação das autoridades em prol da descentralização das políticas públicas e da valorização das ações dos municípios. A senadora citou como exemplos de programas a favor dos municípios o Luz para Todos, os de concessão de merenda escolar e de telefonia celular.

– É lá no município que as pessoas estão. É lá que acontecem os problemas concretos – avaliou.

Arns pede redução das sessões especiais



Flávio Arns

O senador Flávio Arns (PSDB-PR) anunciou que apresentará à Mesa documento assinado pelos presidentes de todas as comissões permanentes do Senado solicitando um estudo sobre a possibilidade de redução do número de sessões especiais nas manhãs de terças, quartas e quintas-feiras. O presidente da Casa, José Sarney, informou que, a partir de dezembro, essas sessões serão marcadas somente nas segundas e sextas-feiras.

Adelmir relata festejos em cidades do DF



Adelmir Santana

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) relatou sua participação nas comemorações dos aniversários das cidades de Sobradinho II e Gama, no Distrito Federal. Ele disse que os festejos em ambas contaram com apresentações musicais, rodeios e muita animação.

Adelmir prometeu negociar com o governador José Roberto Arruda (DEM) a instalação de agências bancárias em Sobradinho II.

Comissão de Meio Ambiente aprova proposta que estabelece obrigatoriedade de embalagens advertirem que pichação é crime

Projeto impede venda de tinta em aerossol a menor de 18 anos

EM SUA REUNIÃO de ontem, a Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou proposta que proíbe a venda de tintas em embalagens tipo aerossol para menores de 18 anos, estabelecendo a exigência de apresentação de documento de identidade do comprador no momento da aquisição do produto, bem como sua identificação na nota fiscal emitida.

Pelo projeto (PLC 138/08), as embalagens deverão ter em forma destacada a advertência de que pichação é crime, bem como a interdição de venda aos menores de 18 anos.

Em seu parecer favorável, Gim Argello (PTB-DF) acrescentou emenda para ressaltar que a prática do grafite não é crime, desde que consentida pelo proprietário do imóvel ou pelos órgãos governamentais responsáveis pela pre-

servação do patrimônio público. A matéria segue para exame do Plenário.

Concorrência

A CMA aprovou também proposta que aumenta a pena de detenção por crime de concorrência desleal para prazos de um a três anos de prisão no lugar do atual limite de três meses a um ano, que o autor da proposição, Valdir Raupp (PMDB-RO), considerou "brando demais".

No parecer favorável ao PLS 171/09, Valter Pereira (PMDB-MS) argumentou que a proposta incrementa o combate à pirataria e a repressão contra crimes de concorrência desleal ao permitir uma integral e imediata reparação pelo dano material produzido por meio da aplicação de uma compensação pecuniária vultosa. A proposta vai à CCJ.



Renato Casagrande (D) preside reunião em que a CMA tomou diversas decisões

Auditoria do TCU em serviços de telefonia

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou ontem requerimento de seu presidente, Renato Casagrande (PSB-ES), para solicitar ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria operacional em contratos de concessão de telefonia fixa e móvel.

Em sua justificativa, Casagrande argumentou que os serviços de telefonia representam a maior fonte de reclamação por parte dos consumidores, segundo os Procons estaduais e municipais. Ele disse ainda que, em tempos de faturas informatizadas, não se justificam cobranças de serviços em duplicidade ou lançamento de ligações e outros serviços nas faturas, indevidamente atribuídas aos consumidores.

A CMA apresentou voto de congratulações à senadora Marina Silva (PV-AC) pelo recebimento do prêmio Mudanças Climáticas, oferecido pela Fundação Príncipe Albert II de Mônaco, em reconhecimento por sua contribuição à causa ambiental.

Portal para acompanhar gastos na Copa

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 anunciou ontem o lançamento de um portal na internet, em parceria entre Senado e Câmara dos Deputados, para realizar o controle, a fiscalização e o acompanhamento dos investimentos públicos a serem feitos para o campeonato mundial de futebol.

Com lançamento previsto para novembro, o portal publicará, numa segunda fase, informações sobre os gastos do governo federal e do governo estadual e municipal do Rio de Janeiro relacionados às olimpíadas.

– Esse portal representa um importante instrumento de controle dos gastos públicos – afirmou Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), à qual a subcomissão está subordinada.

Dilma deverá informar sobre investimentos

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, deverá responder ao pedido de informações sobre o programa orçamentário e as ações e custos para a organização dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Esse foi um dos dez requerimentos aprovados ontem pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, solicitando dados sobre as providências tomadas pelo Executivo para a organização do evento.

Os ministros Paulo Bernardo, do Planejamento, e Hélio Costa, das Comunicações, também devem participar de audiência pública. Márcio Fortes, das Cidades, é convidado para tratar também de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os ministros do Esporte, Orlando Silva, do Turismo, Luiz Eduardo Barreto, e dos Transportes, Alfredo Nascimento, serão ouvidos em uma mesma reunião.

Augusto Botelho homenageia médicos

Augusto Botelho (PT-RR) homenageou os médicos pelo seu dia, 18 de outubro. Segundo o senador, o país conta com mais de 250 mil médicos em atividade e, a cada ano, são formados 12 mil novos profissionais, o que propicia grandes desafios.

– Apesar da importância do médico na vida de todos nós, esse é um profissional que tem sido muito maltratado, principalmente pelos governantes – afirmou.



Augusto Botelho

Valter Pereira destaca aniversário de MS

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) ocupou ontem a tribuna para parabenizar o estado de Mato Grosso do Sul, que completou 32 anos no domingo. Valter Pereira observou que, com a divisão de Mato Grosso, em 1977, ambos os estados saíram ganhando, pois se desenvolveram mais rapidamente.

– No decorrer desse curto período, meu estado vem se consolidando como um dos mais prósperos do país – comemorou.



Valter Pereira

Suplicy cumprimenta economista por Nobel

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a inédita concessão do Prêmio Nobel de Economia a uma mulher, a norte-americana Elinor Ostrom. Suplicy explicou que, com o objetivo de mostrar como as empresas funcionam por dentro, a pesquisa de Ostrom ressalta como grupos de indivíduos podem se associar para resolver problemas de forma sustentável, sem a interferência do Estado e sem permitir que a decisão fique a cargo do mercado.

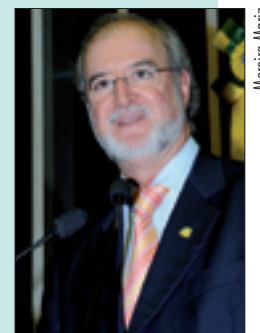


Eduardo Suplicy

Azaredo: resgate da figura de Afonso Pena

Eduardo Azaredo (PSDB-MG) informou que Minas Gerais se prepara para homenagear e resgatar a memória de Afonso Pena – morto há cem anos –, o primeiro mineiro a chegar à Presidência da República, em 1906.

– Alguns consideram o governo de Afonso Pena um dos mais realizadores da Primeira República, justamente, pela prioridade aos problemas e às soluções administrativas, em detrimento dos políticos – afirmou o senador.



Eduardo Azaredo

Projeto de Cristovam Buarque aprovado pela Comissão de Educação determina que professor concursado e ainda sem diploma de graduação terá o direito de pleitear um processo seletivo diferenciado para ingressar na universidade

Professores de escola pública poderão ter acesso mais fácil a curso superior

OS PROFESSORES DE educação básica das redes públicas poderão ter acesso a cursos superiores de Pedagogia e licenciatura por meio de processo seletivo diferenciado. A medida está prevista em projeto aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Segundo a proposta (PLS 322/08), de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), terão direito a pleitear o acesso facilitado à universidade os professores das redes municipais, estaduais e federal que tenham ingressado por meio de concurso público, tenham pelo menos três anos de exercício da profissão e não contem ainda com diploma de graduação. O relator da matéria foi Paulo Paim (PT-RS).

O objetivo, segundo Cristovam, é, no atual momento em que há carência de professores em várias localidades do país, "valorizar o profissional que já fez a opção pela carreira".

Terão prioridade, ainda de acordo com o projeto, os professores que optarem por cursos de licenciatura em matemática, física, química, biologia e língua portuguesa.

– Esse será um bom presente para o Dia dos Professores – afirmou Cristovam, citando a data a ser celebrada amanhã.

Pedagogia e gestão escolar são temas de audiência na CE

Em audiência para instruir a votação de propostas de exigência de exames de proficiência aos formandos de cursos universitários, a Comissão de Educação discutiu sobre cursos de pedagogia e gestão escolar.

Autora do requerimento do debate, Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu que os diretores de escolas tenham formação específica, além de serem eleitos pela comunidade de professores, alunos, pais e funcionários das escolas. Dedicção integral, necessidade de avaliação periódica e bônus pelo mérito são outras propostas defendidas pela senadora para professores e diretores de escolas de ensino fundamental e médio.



Na Comissão de Educação, Flávio Arns anuncia que aguarda decisão sobre a escolha do novo presidente do colegiado

Também em decisão terminativa, a comissão aprovou o PLS 2/07, de Osmar Dias (PDT-PR), que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para permitir que a União possa "supletivamente" participar do financiamento de instituições de ensino superior mantidas pelos estados, assim como das instituições mantidas por municípios e cujos cursos sejam gratuitos.

A proposta, que teve Rosalba Ciarlini (DEM-RN) como relatora, visa expandir a oferta de vagas em cursos superiores.

A CE aprovou ainda, em decisão terminativa, o PLS 12/05, de Serys Slhessarenko (PT-MT), que determina o emprego obriga-

tório da flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada ao designar a profissão e o grau obtidos por meio de diplomas de cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação. A relatora foi Fátima Cleide (PT-RO).

Datas nacionais

Seis outros projetos, todos referentes ao estabelecimento de datas comemorativas nacionais, foram aprovados em decisão terminativa pela comissão. O PLC 133/09, que teve como relator Lobão Filho (PMDB-MA), instituiu o Dia Nacional do Bumba Meu Boi. O PLC 96/09, cujo relator foi Efraim Morais (DEM-PB), instituiu o Dia Nacional do

Plano Nacional de Educação.

O PLS 171/08, de Cristovam Buarque, instituiu o Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas. O relator foi Adelmir Santana (DEM-DF).

O PLS 245/09, da senadora Rosalba Ciarlini, instituiu o Dia Nacional do DeMolay, "com o objetivo de valorizar o trabalho dessa ordem, fundada no século passado nos Estados Unidos, em favor dos jovens". O relator foi Romeu Tuma (PTB-SP).

O PLS 394/08, de Gilberto Goellner, instituiu o Dia Nacional dos Criadores de Cavalos. O relator foi João Vicente Claudino (PTB-PI). E o PLC 151/09, cujo relator foi Romeu Tuma, instituiu o Dia Nacional da Defesa Civil.

Estudantes do Prouni poderão trocar de instituição

Proposta que permite ao estudante beneficiado com bolsa do Universidade para Todos (ProUni) solicitar transferência para outra instituição participante do programa foi aprovada na Comissão de Educação. O projeto (PLC 151/08), relatado por Alvaro Dias (PSDB-PR), será ainda submetido ao Plenário.

Para que se permita a mobilidade do estudante, será necessária a existência de "bolsa análoga disponível para curso homólogo àquele para o qual foi admitido".

O "instituto da mobilidade", disse o relator, já é previsto em portarias do Ministério da Educação. Mas Alvaro considerou positiva essa regulamentação ser prevista em lei, para que a transferência de alunos do ProUni "deixe de se sujeitar

aos humores" da direção do ministério.

A CE também aprovou o PLS 265/08 – Complementar, de Osmar Dias (PDT-PR), que modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal e prevê que, durante a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), serão excluídas do conceito de receita corrente líquida dos entes federados as receitas de transferência do próprio fundo. Da mesma forma, serão excluídos das despesas com pessoal os gastos com remuneração de trabalhadores da educação básica. O relator, Marco Maciel (DEM-PE), observou que o projeto permitirá uma "flexibilização bem-vinda nos gastos dos entes da federação com a

remuneração dos profissionais desse setor". O projeto ainda será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Presidência

No início da reunião de ontem, Flávio Arns (PR) informou que deixou de ser oficialmente presidente da CE, por haver mudado de partido – do PT para o PSDB.

A ordem do dia, destacou o senador, já indicava que o cargo de presidente da CE estava vago. Ele explicou que comandaria os trabalhos de ontem como "presidente eventual" da comissão, enquanto se aguarda uma decisão política a respeito da escolha do novo presidente. Arns obteve o apoio dos senadores presentes.

"Melhor presente para as crianças é um futuro digno"

Ao lembrar o Dia das Crianças, que foi comemorado segunda-feira, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o melhor presente que se pode dar para as crianças brasileiras é um futuro digno. Para que isso aconteça, afirmou o parlamentar, os primeiros passos são o respeito ao meio ambiente, a diminuição da violência, a redução da desigualdade social, o combate à corrupção e o sentimento de amor ao Brasil.

– Foi um dia de alegria para as crianças, para os pais, e alegria imensa para o comércio. Mas, quero saber se demos aos nossos filhos aquilo que é o mais importante presente que é possível dar a uma criança: o futuro – questionou.

Além disso, afirmou Cristovam, o Brasil deve presentear suas crianças com mais investimentos na educação e na saúde e ensinar-lhes a importância da solidariedade.

Leitura

O senador registrou que, também em 12 de outubro, é comemorado o Dia da Leitura. Ele afirmou esperar que essa comemoração anual sirva para aumentar o gosto dos brasileiros pela leitura, principalmente as crianças.

– O futuro é construído em cima de diversos pilares: o pilar da solidariedade, o pilar do meio ambiente, o pilar da luta contra a desigualdade social e, sobretudo, o pilar da educação – afirmou.

Em apertes, os senadores Expedito Júnior (PSDB-RO), Jefferson Praia (PDT-AM) e Paulo Paim (PT-RS) elogiaram o pronunciamento do colega. Expedito disse que o presidente Lula deveria ouvir com atenção os discursos de Cristovam. Jefferson Praia concordou que o cuidado com o meio ambiente é um dos melhores presentes que se pode dar para as crianças.



Cristovam lembra que 12 de outubro é também o Dia da Leitura

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Flávio Torres • Romeu Tuma • Serys Slhessarenko • Cícero Lucena • Mão Santa • José Nery

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão convida ministro da Fazenda a explicar decisão polêmica de reter devolução do Imposto de Renda para reforçar caixa do governo federal

Atraso na restituição do IR leva Mantega à CAE

O MINISTRO DA Fazenda, Guido Mantega, deverá explicar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a decisão do governo federal de retardar a restituição do Imposto de Renda (IR) de 2009 com o intuito de compensar parte da queda de arrecadação de tributos. O requerimento com o objetivo de ouvir o ministro, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi aprovado ontem pela comissão.

Outros senadores da CAE questionaram a postura do governo. Para Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a decisão foi "uma trapalhada do tamanho de um bonde", com o propósito de "tentar maquiagem as contas públicas usando dinheiro do contribuinte". Na opinião de César Borges (PR-BA), a Receita Federal é muito rígida em suas cobranças, não permitindo ao contribuinte usar os valores da

restituição de IR para abater débitos tributários. Mesmo lembrando manifestação do Executivo no sentido de liberar as restituições, Renato Casagrande (PSB-ES) disse considerar que o debate é importante, tendo em vista a existência de diversas obrigações do governo não cumpridas de forma razoável, enquanto há rigor na cobrança dos contribuintes.

Osmar Dias (PDT-PR) propôs

que o ministro também responda aos senadores se é a favor do repasse aos municípios de parte da arrecadação das contribuições sociais. A queda na arrecadação do governo federal, que teve como uma das razões o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), foi lembrada por Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele disse ter segurança de que a retomada do crescimento eco-

nômico possibilitará o aumento da receita. Segundo Mercadante, Mantega dará as explicações necessárias.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o Executivo tem atuado de forma transparente e feito grande esforço para enfrentar a crise. Francisco Dornelles (PP-RJ) e Valdir Raupp (PMDB-RO) também apoiaram a iniciativa de convidar o ministro.

Imposto poderá ser pago com IR a receber

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem permissão para que o contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física use o saldo a restituir, apurado na declaração anual de ajuste, para quitar eventuais débitos originados de qualquer tributo administrado pela Receita Federal.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que iria encaminhar favoravelmente à proposta (PLS 33/06), apesar de nota contrária ao projeto apresentada pela Receita Federal. Segundo o senador, a Receita tem a preocupação de que o projeto venha a permitir a concessão de benefício para um contribuinte que poderá cair na "malha fina". O senador argumenta que isso não se verificará, pois a permissão somente poderá ser concedida após o processamento das informações relativas ao contribuinte pela Receita. Para ele, o projeto permitirá que se faça um "ajuste de contas" com o contribuinte.

O autor da proposta, César Borges (PR-BA), afirmou que o projeto busca fazer justiça com o contribuinte. Quanto àqueles que estão na malha fina, explicou o senador, eles terão que esperar o fim do processo para ter reconhecido o direito de restituição.

"A demora em obter restituição causa, muitas vezes, graves prejuízos ao contribuinte, especialmente quando novas obrigações tributárias são constituídas e exigidas antes do ressarcimento. Poder extinguir esses novos débitos com o crédito de que dispõe perante o próprio fisco traria grande alívio para o contribuinte", argumenta.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também se manifestou favorável ao projeto de César Borges, reiterando que a restituição somente acontecerá após análise da Receita. Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o projeto atende ao contribuinte, que antecipa recursos para a União enquanto tem dinheiro a receber do Fisco.

Para que essa permissão se efetive, a matéria revoga dispositivo da Lei 9.430/96, que proíbe expressamente essa hipótese. O projeto, relatado favoravelmente pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi aprovado em caráter terminativo.



Presidida por Garibaldi Alves, CAE aprova recriação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)

Nova autarquia para fiscalizar fundos de pensão

Projeto que recria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) foi aprovado ontem pela CAE. A autarquia, vinculada ao Ministério da Previdência, cuidará da fiscalização e da supervisão das atividades dos fundos fechados de previdência, funções atualmente exercidas pela Secretaria de Previdência Complementar, órgão desse mesmo ministério.

Na opinião do relator da matéria (PLC 136/09), Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto reestrutura e melhora as condições de arrecadação dos fundos de pensão. Ele explicou que a transformação da secretaria dará à Previc mais autonomia e condições de fiscalização.

Por meio de medida provisória, o governo realizou em 2004 a primeira tentativa de criar a Previc. A autarquia chegou a funcionar por cinco meses,

mas foi desativada depois que a proposta (MP 233/04) perdeu sua validade. Embora aprovada na Câmara dos Deputados, a MP não foi examinada pelo Senado dentro do prazo de 120 dias definido pela Constituição. O texto do projeto aprovado na CAE foi encaminhado pelo Executivo e aprovado na Câmara em junho deste ano, na forma de substitutivo.

Emendas retiradas

Na CAE, a proposta foi aprovada após a concordância de retirada, pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), de quatro emendas de sua autoria, com o compromisso de Jucá de que elas serão incorporadas na primeira medida provisória a ser encaminhada pelo Executivo tratando de questão tributária após a sanção da matéria.

O líder do governo argumen-

tou haver necessidade de aprovar e sancionar o projeto ainda este ano para que a Previc possa funcionar com as taxas que a própria entidade vai arrecadar. Segundo Jucá, as emendas de Heráclito são boas, propondo, entre outras iniciativas, a sabbatina dos indicados pelo governo para direção do órgão e a prestação das contas da Previc junto ao Senado.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) confirmou o apoio do partido à posição de Heráclito. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que as emendas de Heráclito são altamente meritórias e que vai ajudar a aprová-las quando forem encaminhadas por medida provisória.

A proposta será votada ainda pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Telefone fixo para baixa renda subsidiado pelo Fust

Recursos arrecadados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) poderão ser aplicados para promover o acesso e facilitar o consumo do serviço de telefonia fixa pela população de baixa renda. É o que estabelece projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado ontem pela CAE.

A proposta (PLS 283/09), segundo observa o relator, Osmar Dias (PDT-PR), é parcialmente inspirada na tarifa social adotada no setor de energia elétrica. Segundo o parlamentar, as modificações no texto da chamada Lei Geral das Telecomunicações (LGT), a Lei 9.472, de 1997, permitirá o subsídio, quando necessário, para promover a universalização do acesso à telefonia. Para garantir que o

benefício seja restrito a pessoas realmente necessitadas, o Executivo deverá adotar critérios diferenciados que reflitam a condição socioeconômica do cidadão.

Osmar Dias observa que o projeto retira restrições na LGT para permitir que parte do Fust seja usado para financiar o subsídio direto ao consumo de serviços explorados em regime de concessão. O relator acredita que, com isso, haverá grande impulso à universalização.

Contingenciamento

Segundo o senador, os recursos arrecadados pelo Fust, estimados em R\$ 13 bilhões, não estão sendo aplicados porque são contingenciados pelo governo.

O senador Aloizio Merca-

dante (PT-SP) disse que apoia o projeto porque ele não é excludente quanto à destinação dos recursos, mas afirmou considerar prioridade a aplicação do dinheiro do Fust para levar a internet em banda larga às escolas.

Renato Casagrande (PSB-ES) lamentou o contingenciamento dos recursos do Fust e lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que dará prioridade para a inclusão digital nas escolas com o dinheiro do fundo. Para Rosalba Ciarlini (DEM-RN), o projeto é importante, pois vai beneficiar comunidades de regiões que ainda não têm telefonia fixa.

A proposta segue para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Entes federados têm crédito facilitado

As regras para que a União conceda garantias para operações de crédito podem sofrer alterações, conforme projeto aprovado ontem pela CAE. A comprovação de adimplência do município, estado ou do Distrito Federal passará a ser feita apenas na assinatura do contrato.

– O que estamos fazendo é dar condições para que, enquanto as exigências são analisadas, o ente federado possa ficar em dia. Em vez de estar adimplente no momento de financiamento, ele tem que estar na assinatura do contrato – explicou o autor do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR).

O projeto de resolução (PRS 62/09) altera resolução do Senado (RSF 48/07) que trata dos limites globais para operações de crédito externo e interno. A resolução em vigor estabelece que a União só conceda a garantia ao ente que comprove estar em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos a ela, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos.

Jucá disse que a proposta de mudança da resolução nasceu de negociações com a Secretaria do Tesouro Nacional, porque vários estados ou municípios que comecem a tratar de renegociação de dívidas estão inadimplentes. Foi acatada emenda de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) para que as resoluções do Senado que autorizem a concessão de garantias mediante a comprovação posterior da adimplência contemham, obrigatoriamente, dispositivo condicionando expressamente a efetividade da autorização à comprovação da adimplência.

A proposta teve o apoio dos senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Efraim Morais (DEM-PB). Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que votaria a favor em razão da emenda de Antonio Carlos Júnior, mas que poderá propor alteração quando do exame da matéria pelo Plenário, uma vez que afirmou se sentir inseguro em votar qualquer proposta que flexibilize questões relacionadas a endividamento.

O projeto, que segue para exame pelo Plenário em regime de urgência, foi relatado favoravelmente pelo senador Tião Viana (PT-AC).

César Borges: criminalidade toma conta da Bahia



César Borges

César Borges (PR-BA) disse ontem que o crime e a marginalidade tomaram conta da Bahia. O senador solidarizou-se com o prefeito da cidade de Terra Nova, Francisco Hélio de Souza, conhecido como Jajá, que foi assaltado junto com a família e espancado por ladrões em sua própria residência. Borges afirmou que esse crime reflete o “estado lamentável de violência” em que vive a Bahia, pois o governo estadual já perdeu o controle sobre a ordem pública.

– É o crime organizado contra um governo desorganizado. Triplicou o número de homicídios por 100 mil habitantes. Apelar para quem? Só nos resta pedir proteção ao Senhor do Bonfim e, depois, chorar no pé do Caboclo – protestou.

Paulo Paim quer discutir questões da vinicultura



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) comunicou que vai apresentar requerimento à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater questões relativas à vinicultura. As reuniões, observou o senador, deverão discutir a produção de uva, vinhos, sucos, rótulos, selo fiscal, importação e exportação.

Paim ainda comentou matéria do jornal *Correio Brasileiro* segundo a qual poderá haver uma desoneração da folha de pagamento de até R\$ 20 bilhões da contribuição do empregador para a Previdência. A notícia, enfatizou o senador, “demonstra que a Previdência não é deficitária e poderá pagar o reajuste dos aposentados”, que, segundo afirmou, representará um gasto de R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões.

Debatedores divergem sobre índice de produtividade rural

Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária defende os atuais critérios; ex-dirigente da Sociedade Rural Brasileira diz que índice “é implicância com o produtor”

O USO DO índice de produtividade rural como critério para desapropriação de terras destinadas à reforma agrária dividiu a opinião dos participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Enquanto Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), defendeu os atuais critérios constitucionais, focados no uso da terra e na função social da propriedade, Luiz Marcos Suplicy Hafers, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), disse que o índice em vigor “é uma implicância com o produtor”. Por sua vez, o ministro do Desenvolvimento

Agrário, Guilherme Cassel, declarou que cabe a ele cumprir a lei, mas admitiu ser possível rever os atuais critérios.

Pelo artigo 6º da Lei 8.629/93, considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, grau de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

Eficiência

Já o substitutivo da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ao PLS 202/05, que trata do assunto, considera propriedade produtiva aquela que atingir grau de eficiência conforme parâmetros

fixados na lei. O projeto, de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi aprovado na Comissão de Agricultura e aguarda decisão do Plenário.

Guilherme Cassel explicou que os novos índices que estão sendo propostos pelo governo são “absolutamente confortáveis para que se crie um ambiente menos contaminado”.

A proposta do Executivo prevê que os índices serão atualizados com base na produção agrícola municipal (PAM), banco de dados mantido pelo IBGE, por microrregião geográfica. Isso significa que deverá haver diferença de índices de região para região e de cultura para cultura.

Kátia Abreu diz que o Incra está criando “favelas rurais”

O resultado da pesquisa “Perfil dos assentamentos rurais”, encomendada ao Ibope pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), foi apresentado aos senadores por Kátia Abreu (DEM-TO). Foram ouvidos mil agricultores em nove assentamentos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A senadora explicou que esses assentamentos são do nível 7, “ou seja, em tese, já emancipados”.

– Encontramos 19% de trabalho infantil nos assentamentos; 14% das moradias não têm banheiro; 83% dos assentados nunca fizeram curso de qualificação profissional e, dos 17% que fizeram, mais da metade foi pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural [Senar] da CNA; 37% declararam que não produzem nada; e apenas 17%, o suficiente para sustento da família e algum excedente para venda.

Segundo ela, em cada casa dos assentamentos vivem em média 4,3 pessoas, “mas infelizmente 40% das famílias têm renda de um quarto de salário mínimo por pessoa e vivem em extrema pobreza”.

– Nas cidades, essa média é de 17% – disse Kátia Abreu, para



Kátia Abreu destaca pesquisa da CNA feita em assentamentos emancipados

quem “o Incra está criando favelas rurais distantes da elite política e das políticas públicas”.

Nos últimos 15 anos, houve um recuo na quantidade de recursos gastos no campo. “Não é impossível que as políticas públicas cheguem ao meio rural, mas tornam-se mais caras devido à logística mais complexa, às distâncias e à dificuldade de acesso”.

Destacando relatório da ONU de 2008 que aponta que, de cada cinco pobres no Brasil, quatro estão na zona rural, ela informou que existem 8.310 assentamentos no país, que abrigam 870 mil famílias e ocupam 80 milhões de hectares. “Para comparação, toda a produção brasileira de grãos é obtida a partir de 60 milhões de hectares plantados”.

Dornelles: indústria siderúrgica nacional enfrenta dumping

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu ontem que o governo federal adote medidas contra “práticas desleais de comércio” que estariam prejudicando as vendas, no mercado interno, da indústria siderúrgica brasileira. De acordo com ele, houve “um aumento significativo” nas compras de produtos siderúrgicos estrangeiros que chegam ao país com preços reduzidos, configurando *dumping*, especialmente originários da Ásia e do leste europeu.

– E também não têm sido raros os casos de subfaturamento nas importações desses produtos – afirmou.

Para Dornelles, o governo precisa adotar uma política efetiva de acompanhamento das importações do setor, “visando garantir uma competição justa e saudável entre produtos nacionais e importados”. Tal política, destacou ele, tem de ser implementada principalmente por meio da Receita Federal e da Secretaria de Comércio



Produtos da Ásia e do leste europeu chegam subfaturados, diz Dornelles

Exterior do Ministério do Desenvolvimento.

– Não se trata de defender o protecionismo, pois a indústria siderúrgica brasileira é eficiente e competitiva, seja no mercado nacional ou internacional – ressaltou o senador.

Ele acrescentou que se pretende evitar, com essas medidas, “práticas desleais de comércio e artificios indevidos e ilegais que distorcem ou inviabilizam a justa competitividade de mercado”.



Na CRA, a partir da esquerda, Plínio de Arruda Sampaio, Guilherme Cassel, Valter Pereira e Luiz Marcos Suplicy Hafers

Cassel afirma que governo não faz repasses ao MST

O governo federal não repassa recursos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou a qualquer outro movimento social, afirmou ontem o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Ele também defendeu a ampliação de ações de apoio à produção familiar, “responsável pela maior parte da produção de alimentos no país”.

Ao falar aos senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Cassel disse que a legislação proíbe financiamentos a movimentos sociais.

– A legislação estabelece quem pode ou não conveniar com o governo federal. Todos os convênios do ministério e do Incra são fiscalizados pelo Ministério Público, pela Controladoria-Geral da União, pelo Tribunal

de Contas da União e pelos tribunais estaduais. Nenhum órgão é mais auditado que nós e temos sido muito rigorosos na destinação de recursos públicos – disse ele.

O ministro negou que sua pasta tenha repassado R\$ 115 milhões ao MST, como teria afirmado o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), segundo noticiou a imprensa.

Cassel explicou que mais da metade dos recursos citados pelo deputado foram direcionados a empresas de assistência técnica e extensão rural (Emateres) dos estados. Outra parte foi encaminhada a duas entidades que promovem assentamentos rurais, por exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em acordo firmado ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. O restante,

acrescentou, se destinou às federações dos trabalhadores na agricultura de Mato Grosso, Bahia e São Paulo.

– Não me parece que as Emateres e o BID estejam a serviço do MST. Por isso, considero que, com essas explicações, está desmontada essa versão do repasse desses recursos.

O ministro citou dados do último Censo Agropecuário da Agricultura Familiar, o qual revelou que existem no país 4 milhões e 367 mil estabelecimentos familiares no meio rural.

As unidades familiares de produção respondem pela maioria dos alimentos que abastecem o país. O segmento lidera a produção de mandioca, feijão, leite, aves e suínos. A audiência foi proposta por Augusto Botelho (PT-RR), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP).